

Legislação Básica

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL

1.1. Constituição Federal, de 5 de Outubro de 1988.	23
1.2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	95

2. SISTEMA JURÍDICO

2.1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.	119
2.2. Regulamentação dos arts. 20 a 30 da LINDB – Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019.	122
2.3. Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis – Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.	124
2.4. Elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos – Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.	127

3. CODIFICAÇÕES

3.1. Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	139
3.2. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.	275
3.3. Código de Processo Civil (CPC) - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.	347
3.4. Código Comercial (CCo) - Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.	445
3.5. Código de Defesa do Consumidor (CDC) - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.	475
3.6. Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.	490
3.7. Código de Processo Penal (CPP) - Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.	536
3.8. Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.	593
3.9. Código Florestal – Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	611

4. ESTATUTOS

4.1. Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.	629
--	-----

4.2. Estatuto do Índio - Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.	648
4.3. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	652
4.4. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.	687
4.5. Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	700
4.6. Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.	707
4.7. Estatuto Nacional da Microempresa e da EPP - Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	716
4.8. Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.	745
4.9. Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.	750
4.10. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	756
4.11. Estatuto da Primeira Infância - Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.	771
4.12. Estatuto dos Refugiados - Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.	776
4.13. Estatuto da Metrópole – Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.	779
4.14. Estatuto Jurídico da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista – Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.	782
4.15. Estatuto Jurídico da EP, da SEM e de suas subsidiárias (regulamento) – Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.	799

Atividade notarial e registral

1. LEIS DE REGÊNCIA

1.1. Lei dos Registros Públicos – Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	815
1.2. Lei dos Notários e Registradores – Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.	852
1.3. Lei de Emolumentos dos Notários e Registradores – Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.	857

2. CÓDIGO NACIONAL DE NORMAS

2.1. Código Nacional de Normas CNJ - Foro Extrajudicial – Provimento CNJ nº 149, de 3 de agosto de 2023. 859

3. INGRESSO E REMOÇÃO

3.1. Vacância dos Serviços Notariais e de Registros – Resolução CNJ nº 80, de 9 de junho de 2009. 933

3.2. Concursos Públicos de Provas e Títulos – Resolução CNJ nº 81, de 09 de junho de 2009. 936

3.3. Serventias extrajudiciais vagas (reestruturação periódica) – Orientação CNJ nº 7, de 7 de novembro de 2018. 938

3.4. Designação de responsável interino – Provimento CNJ nº 77, de 7 de novembro de 2018. 939

3.5. Vedação de designação de interinos parentes de antigos delegatários – Recomendação CNJ nº 39, de 19 de junho de 2019. 939

3.6. Painel Nacional dos Concursos Públicos de Outorga de Delegações – Provimento CNJ nº 133, de 15 de agosto de 2022. 940

4. IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO CIVIL

4.1. Identificação Civil Nacional – Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017. 941

4.2. Registro de Identidade Civil – Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997. 942

4.3. Lei de proteção a vítimas e a testemunhas – Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. 943

4.4. Carteira de Identidade – Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983. 945

4.5. Carteira de Identidade (Regulamento) – Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022. 945

4.6. Serviço de Identificação do Cidadão – Decreto nº 11.797, de 27 de novembro de 2023. 948

4.7. Nome social e identidade de gênero – Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. 951

4.8. Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais – Resolução CNJ nº 270, de 11 de dezembro de 2018. 951

4.9. Identificação criminal do civilmente identificado- Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009. 952

4.10. Documentação e identificação civil das pessoas privadas de liberdade – Resolução CNJ nº 306, de 17 de dezembro de 2019. 954

4.11. Documento de identidade de notários e registradores e de escreventes – Lei nº 14.398, de 8 de julho de 2022. 955

4.12. CPF como número suficiente para identificação do cidadão nos serviços públicos – Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023. 956

4.13. CPF, CNPJ e dados necessários à qualificação das partes – Provimento CNJ nº 61, de 17 de outubro de 2017. 957

4.14. Programa de Enfrentamento ao Sub-registro – Provimento CNJ nº 140, de 22 de fevereiro de 2023. 957

4.15. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (revogação) – Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014. 959

4.16. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional – Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014. 959

5. LIVROS E ARQUIVOS

5.1. Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correições e Controle de Depósito Prévio – Provimento CNJ nº 45, de 13 de maio de 2015. 963

5.2. Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados – Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. 964

5.3. Microfilmagem de Documentos oficiais – Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968. 965

5.4. Microfilmagem de Documentos oficiais (Regulamento) – Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996. 966

5.5. Conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais – Provimento CNJ nº 50, de 28 de setembro de 2015. 967

5.6. Arquivo de Segurança – Recomendação CNJ nº 9, de 7 de março de 2013. 968

5.7. Arquivo de Segurança (Altera a Recomendação nº 09/2013) – Recomendação CNJ nº 11, de 16 de abril de 2013. 968

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. Dia Nacional do Notário e do Registrador – Lei nº 11.630, de 26 de dezembro de 2007. 970

6.2. Usuário dos serviços públicos – Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. 970

6.3. Simplificação do atendimento aos usuários dos serviços públicos – Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. 973

6.4. Mediação e autocomposição – Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. 976

6.5. Lei da Desburocratização – Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. 980

6.6. Instalação de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs) – Recomendação CNJ nº 28, de 17 de agosto de 2018. 981

6.7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 – Provimento CNJ nº 85, de 19 de agosto de 2019. 982

7. EMOLUMENTOS

- 7.1.** Custas e emolumentos (dever de afixar quadros com valores atualizados) – Lei nº 11.802, de 4 de novembro de 2008.....984
- 7.2.** Recolhimento do valor da renda líquida excedente – Provimento CNJ nº 76, de 12 de setembro de 2018.....984
- 7.3.** Renda mínima dos registradores de pessoas naturais – Provimento CNJ nº 81, de 6 de dezembro de 2018.....985
- 7.4.** Serviços prestados pelas centrais cartorárias (proibição de cobrança) – Provimento CNJ nº 107, de 24 de junho de 2020.....985
- 7.5.** Atos relativos às solicitações feitas pela União (isenção) – Decreto-lei nº 1.537, de 13 de abril de 1977.....986

8. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 8.1.** Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça – Regimento Interno CNJ nº 67, de 3 de março de 2009.....987
- 8.2.** Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça – Portaria CNJ nº 211, de 10 de agosto de 2009.....1004
- 8.3.** Atos normativos expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça – Provimento CNJ nº 41, de 6 de outubro de 2014.....1012
- 8.4.** Política Judiciária Nacional – Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010.....1014
- 8.5.** Política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial – Provimento CNJ nº 79, 8 de novembro de 2018.....1018
- 8.6.** Contratação nos serviços extrajudiciais (Vedação ao “nepotismo”) – Resolução CNJ nº 20, de 29 de agosto de 2006.....1019
- 8.7.** Declaração sobre Operações Imobiliárias – Instrução Normativa RFB nº 2.186, de 12 de abril de 2024.....1019

9. DOCUMENTOS ESTRANGEIROS

- 9.1.** Convenção de Viena sobre Relações Consulares – Decreto nº 61.078, de 26 de julho de 1967.....1021
- 9.2.** Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros – Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.....1031
- 9.3.** Apostilamento (uniformização dos procedimentos) – Resolução CNJ nº 228, de 22 de junho de 2016.....1032
- 9.4.** Apostilamento (uniformização dos procedimentos) – Provimento CNJ nº 62, de 14 de novembro de 2017.....1034

- 9.5.** Atos notariais e de registro civil do serviço consular – Decreto nº 8.742, de 4 de maio de 2016.....1035

10. DOCUMENTOS DIGITAIS

- 10.1.** Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil – Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.....1036
- 10.2.** Documentos em meios eletromagnéticos (elaboração e arquivamento) – Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012.....1037
- 10.3.** Assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos – Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.....1038
- 10.4.** Assinaturas Eletrônicas na administração pública federal – Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.....1040
- 10.5.** Digitalização de documentos públicos ou privados – Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.....1042
- 10.6.** Governo Digital – Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.....1043
- 10.7.** Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) – Lei nº 14.206, de 27 de setembro de 2021.....1050

11. SISTEMAS ELETRÔNICOS

- 11.1.** Informatização do processo judicial – Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.....1056
- 11.2.** Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) – Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007...1058
- 11.3.** Alimentação dos dados no Sistema “Justiça Aberta” – Provimento CNJ nº 24, de 12 de outubro de 2012.....1059
- 11.4.** Malote Digital – Provimento CNJ nº 25, de 12 de novembro de 2012.....1060
- 11.5.** Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.....1060
- 11.6.** Sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais – Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999.....1064
- 11.7.** Segurança, integridade e disponibilidade de dados (padrões mínimos) – Provimento CNJ nº 74, de 31 de julho de 2018.....1064
- 11.8.** Plataforma de Cidadania Digital – Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.....1065
- 11.9.** Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) – Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022. 1067
- 11.10.** Implementação e Custeio dos Sistemas Registrais Eletrônicos – Provimento CNJ nº 159, de 18 de dezembro 2023.....1078

12. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 12.1.** Lei de Acesso à informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.1081
- 12.2.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.1087
- 12.3.** Medidas de adequação à LGPD – Provimento CNJ nº 134, de 24 de agosto de 2022.1098

13. MEDIDAS DE PREVENÇÃO

- 13.1.** Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União – Portaria SPU/ME nº 24.218, de 26 de novembro de 2020.1100
- 13.2.** Medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 – Orientação CNJ nº 9, de 13 de março de 2020.1101
- 13.3.** Medidas preventivas a atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa no período de ESPIN – Recomendação CNJ nº 46, de 23 de junho de 2020.1102
- 13.4.** Medidas preventivas violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa – Recomendação CNJ nº 47, de 12 de março de 2021.1102

14. ACESSIBILIDADE

- 14.1.** Apoio às pessoas com deficiência – Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.1104
- 14.2.** Atendimento prioritário – Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.1106
- 14.3.** Convenção Interamericana para a Eliminação da Discriminação (promulgação) – Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.1107
- 14.4.** Acessibilidade em edificação de uso privado multifamiliar – Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018.1107
- 14.5.** Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência (diretrizes) – Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021.1108

Tabelionato de Notas

1. FORMA E PROVA

- 1.1.** Requisitos para Lavratura de Escritura Pública – Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985.1117
- 1.2.** Requisitos para Lavratura de Escritura Pública (regulamento) – Decreto nº 93.240, de 9 de setembro de 1986.1117
- 1.3.** Prova documental – Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.1118

- 1.4.** Certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações – Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995.1118
- 1.5.** Simplificação da exigências de documentos – Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.1118

2. ATOS NOTARIAIS

- 2.1.** Código de Ética e Disciplina Notarial – Colégio Notarial do Brasil.1120
- 2.2.** Inventário, Partilha, Separação, Divórcio e Extinção da UE Consensuais – Resolução CNJ nº 35, de 24 de abril de 2007.1122
- 2.3.** Inventário, Partilha, Separação, Divórcio e Extinção da UE Consensuais (filhos ou herdeiros emancipados) – Recomendação CNJ nº 22, de 6 de junho de 2016.1124
- 2.4.** Atividades profissionais dos advogados em escrituras públicas de inventários, partilhas, separações e divórcios – Provimento CFOAB nº 118, de 20 de junho de 2007.1125
- 2.5.** Autorização Eletrônica para Transferência de Propriedade de Veículo – Resolução CONTRAN nº 712, de 25 de outubro de 2017.1125
- 2.6.** CRV, CLA e comprovante de transferência de propriedade digital – Resolução CONTRAN nº 809, de 15 de dezembro de 2020.1127
- 2.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Recomendação CNJ nº 3, de 15 de março de 2012.1129
- 2.8.** Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal – Lei nº 8.522, de 11 de dezembro de 1992.1129
- 2.9.** Registro Central de Testamentos On-Line (consulta obrigatória) – Provimento CNJ nº 56, de 14 de julho de 2016.1130

Tabelionato de Protesto

1. PROTESTO EM GERAL

- 1.1.** Lei do Protesto – Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.1135
- 1.2.** Cancelamento de Protesto de Títulos Cambiais – Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979.1140
- 1.3.** Identificação do devedor em títulos cambiais – Lei nº 6.268, de 24 de novembro de 1975.1140

2. CHEQUES

- 2.1.** Lei Uniforme de Genebra sobre Cheques – Decreto nº 57.595, de 4 de janeiro de 1966.1142
- 2.2.** Lei do Cheque – Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985.1152

2.3. Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques – Decreto nº 1.240, de 15 de setembro de 1994.1156

3. DUPLICATA, LETRA DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA

3.1. Lei das Duplicatas – Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.1158

3.2. Duplicata sob a forma escritural – Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018.1161

3.3. Letra de Câmbio e Nota Promissória – Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908.1162

3.4. Lei Uniforme de Genebra sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias – Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.1166

4. CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA

4.1. Cobrança Judicial de Dívida Ativa da Fazenda Pública – Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. ... 1177

4.2. Protesto das CDAs no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais – Resolução Cofen nº 498, de 2 de dezembro de 2015.1180

4.3. Protesto Extrajudicial das CDAs – Portaria Interministerial AGU/BACEN nº 1, de 23 de agosto de 2013.1181

4.4. Protesto extrajudicial de CDAs da União ou do FGTS – Portaria PGFN nº 429, de 4 de junho de 2014.1181

4.5. Parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional – Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013.1182

5. CÉDULAS, LETRAS E OUTROS TÍTULOS

5.1. Penhor Rural e Cédula Pignoratícia – Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937.1188

5.2. Crédito Rural – Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.1191

5.3. Crédito Rural (regulamento) – Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966.1194

5.4. Crédito Rural – Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.1199

5.5. Crédito Rural – Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.1202

5.6. Títulos de crédito rural – Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.1219

5.7. Cédula de Produto Rural (CPR) – Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.1225

5.8. Cédula de Produto Rural (lei modificadora) – Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001.1228

5.9. Títulos da dívida agrária – Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.1229

5.10. Certificado de Depósito Agropecuário e outros títulos – Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004. ... 1230

5.11. Títulos de Crédito à Exportação – Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975.1236

5.12. Títulos de Crédito Industrial – Decreto-Lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969.1236

5.13. Títulos de Crédito Comercial – Lei nº 6.840, de 03 de novembro de 1980.1240

5.14. Letra de Arrendamento Mercantil (LAM) – Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008.1241

5.15. Letras Hipotecárias (condições para emissão) – Lei nº 7.684, de 2 de dezembro de 1988.1242

5.16. Associações de Poupança e Empréstimo, e Cédula Hipotecária – Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966.1242

5.17. Títulos emitidos por Empresas de Armazéns Gerais – Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.1245

5.18. Penhor Agrícola – Decreto-Lei nº 1.003, de 29 de dezembro de 1938.1250

5.19. Penhor de Produtos Agrícolas – Lei nº 2.666 de 06 de dezembro de 1955.1251

Registro Civil das Pessoas Naturais

1. NASCIMENTO

1.1. Declaração de Nascido Vivo (DNV) – Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.1255

1.2. Assento de nascimento do Indígena – Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03, de 19 de abril de 2012.1256

1.3. Erradicação do Sub-registro – Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019.1257

1.4. Filhos nascidos no Brasil de pais a serviço do seu país – Recomendação CNJ nº 23, de 28 de junho de 2016.1259

1.5. Lavratura de registros de nascimento e passaportes (procedimento prévio) – Recomendação CNJ nº 43, de 30 de outubro de 2019.1260

2. FILIAÇÃO E PARENTALIDADE

2.1. Organização e proteção da família – Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941.1261

2.2. Planejamento Familiar – Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996.1264

2.3. Emancipação por outorga do pai ou da mãe (Registro) – Lei nº 2.375, de 21 de dezembro de 1954.1266

2.4. Investigação de Paternidade – Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992.....	1266
2.5. Averiguação oficiosa (Alunos sem Paternidade) – Provimento CNJ nº 12, de 6 de agosto de 2010.	1267
2.6. Averiguação oficiosa (“Projeto Pai Presente”) – Provimento CNJ nº 26, de 12 de dezembro de 2012.	1268
2.7. Paternidade socioafetiva, reprodução assistida e certidões – Provimento CNJ nº 63, de 14 de novembro de 2017.....	1270
2.8. Reprodução assistida (normas éticas) – Resolução CFM nº 2.320, de 1º de setembro de 2022...1271	
2.9. Lei da Adoção – Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.	1273
2.10. Guarda e Família Substituta – Recomendação CNJ nº 8, de 7 de novembro de 2012.	1281
2.11. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) – Resolução CNJ nº 289, de 14 de agosto de 2019.	1282
2.12. Entrega para adoção (atendimento da gestante ou parturiente) – Resolução CNJ nº 485, de 18 de janeiro de 2023.	1283
2.13. Ação de Alimentos – Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968.	1285
2.14. Alimentos Gravídicos – Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008.	1287
2.15. Alienação Parental – Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.....	1287
2.16. Autorização de Viagens para o exterior de Crianças e adolescentes – Resolução CNJ nº 131, de 26 de maio de 2011.....	1288
2.17. Autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes – Resolução CNJ nº 295, de 13 de setembro de 2019.	1289
2.18. Autorização Eletrônica de Viagem de crianças e adolescentes – Provimento CNJ nº 103, de 4 de junho de 2020.	1290

3. CASAMENTO E DIVÓRCIO

3.1. Convenção sobre Consentimento para Casamento – Decreto nº 66.605, de 20 de maio de 1970.	1292
3.2. Efeitos civis do Casamento religioso – Lei nº 1.110, de 23 de maio de 1950.	1293
3.3. Casamento entre pessoas do mesmo sexo – Resolução CNJ nº 175, de 14 de maio de 2013.....	1293
3.4. Casamento de diplomata com pessoa estrangeira – Lei nº 1.542, de 5 de janeiro de 1952.....	1294
3.5. Exame médico na habilitação de casamento entre colaterais de terceiro grau – Lei nº 5.891, de 12 de junho de 1973.....	1294

3.6. Dissolução da Sociedade Conjugal e do Casamento (“Lei do Divórcio”) – Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977.	1294
3.7. Preparação para o casamento civil – Resolução CNJ nº 402, de 28 de junho de 2021.....	1297

4. UNIÃO ESTÁVEL

4.1. União Estável – Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.	1300
4.2. Alimentos e Sucessão dos Companheiros – Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994.....	1300

5. ÓBITO E MORTE PRESUMIDA

5.1. Utilização de cadáver para pesquisa – Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992.	1301
5.2. Doação e Transplante de órgãos – Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997.....	1301
5.3. Declaração de Óbito – Lei nº 11.976, de 7 de julho de 2009.....	1304
5.4. Declaração de Óbito do Ministério da Saúde – coluna “CID” – Orientação CNJ nº 4, de 25 de junho de 2013.	1304
5.5. Expedição de Certidão de óbito nos estabelecimentos de saúde – Recomendação CNJ nº 18, de 2 de março de 2015.....	1305
5.6. Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas – Recomendação CNJ nº 19, de 25 de março de 2015.....	1305
5.7. Lei da Anistia – Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.	1305
5.8. Desaparecidos Políticos – Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.	1306
5.9. Morte presumida de servidor público – Decreto-lei nº 5.782, de 30 de agosto de 1943.....	1307
5.10. Morte presumida de militar da Aeronáutica – Decreto-lei nº 6.239 de 3 de fevereiro de 1944..	1308
5.11. Comunicação de registro de óbitos – Portaria Conjunta RFB/MPS/INSS nº 1.735, de 15 de dezembro de 2015.....	1308
5.12. Recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência – Resolução CFM nº 2.232, de 17 de julho de 2019.....	1309

6. CERTIDÕES E TRASLADOS

6.1. Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito – Decreto nº 7.231, de 14 de julho de 2010.	1311
6.2. Certidões em papel de Segurança – Provimento nº 14, de 29 de abril de 2011, da CNJ.	1311
6.3. Obrigatoriedade do Uso de Papel de Segurança – Provimento CNJ nº 15, de 15 de dezembro de 2011.	1312

6.4. Papel Segurança Unificado – Recomendação CNJ nº 6, de 2 de julho de 2012.1313

6.5. Traslado de certidões emitidas no exterior – Resolução CNJ nº 155, de 16 de julho de 2012.1313

7. AVERBAÇÕES E RETIFICAÇÕES

7.1. Rito sumaríssimo para Retificações – Lei nº 3.764, de 25 de abril de 1960.1316

7.2. Averbação da alteração do nome do genitor – Provimento CNJ nº 82, de 3 de julho de 2019.1316

8. GRATUIDADE E CIDADANIA

8.1. Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania – Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996.1318

8.2. Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania – Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997.1318

8.3. Registro Tardio de Nascimento (Isenção multa) – Lei nº 765, de 14 de julho de 1949.1319

8.4. Registro Tardio de Nascimento (Gratuidade) – Lei nº 9.465, de 7 de julho de 1997.1319

8.5. Prestação de serviços mediante convênio – Provimento CNJ nº 66, de 25 de janeiro de 2018.1319

9. CENTRAIS ELETRÔNICAS

9.1. Sistemas de Informações sobre óbitos e nascidos vivos – Portaria MS/SVS nº 116, de 11 de fevereiro de 2009.1321

9.2. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (envio de dados) – Resolução CGSIRC nº 1, de 9 de julho de 2015.1326

9.3. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (compartilhamento de dados) – Resolução CGSIRC nº 04, de 28 de maio de 2019.1327

9.4. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil prazos e informações prestadas) – Recomendação CNJ nº 40, de 2 de julho de 2019.1329

9.5. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) – Decreto nº 9.929, de 22 de julho de 2019.1330

9.6. Descumprimento do art. 68 da Lei nº 8.212 pelos Titulares de RCPN – Instrução Normativa INSS nº 116, de 5 de maio de 2021.1332

9.7. Regras de condutas de acesso ao SIRC – Portaria INSS nº 901, de 20 de maio de 2021.1335

1. PESSOAS JURÍDICAS

1.1. Partidos Políticos – Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995.1359

1.2. Partidos Políticos (criação, organização, fusão, incorporação e extinção) – Resolução TSE nº 23.571, de 29 de maio de 2018.1369

1.3. Federações de partidos políticos – Resolução TSE nº 23.670, de 14 de dezembro de 2021.1380

1.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.1382

1.5. Organizações da sociedade civil (regime de parceria com a Administração Pública) – Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.1385

1.6. Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil – Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.1398

1.7. Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) – Lei nº 12.881, de 12 novembro de 2013.1400

1.8. Associações de moradores (registro adaptação estatutária ao CC/02) – Lei nº 12.879, de 05 de novembro de 2013.1402

1.9. Sociedades unipessoais de advocacia – Provimento CFOAB nº 170, de 24 de fevereiro de 2016.1402

1.10. Empresas juniores – Lei nº 13.267, de 06 de abril de 2016.1403

2. REGISTRO E CADASTROS DE PESSOAS JURÍDICAS

2.1. Registro civil das pessoas jurídicas – Decreto-Lei nº 9.085, de 25 de março de 1946.1406

2.2. Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda – Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964.1406

3. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS (RTD)

3.1. Compra e Venda com Reserva de Domínio – Decreto-Lei nº 1.027, de 02 de janeiro de 1939.1409

3.2. Contratos de depósito (prazo) – Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954.1409

3.3. Alienação fiduciária (procedimento) – Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969.1409

3.4. Alienação fiduciária e arrendamento mercantil de veículos (facultatividade do registro) – Provimento CNJ nº 27, de 12 de dezembro de 2012.1412

3.5. Penhor sobre créditos garantidos por hipoteca ou penhor – Decreto nº 24.778, de 14 de julho de 1934.1413

3.6. Arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing) – Lei nº 11.649, de 4 de abril de 2008. 1413

Registro de Imóveis

1. IMÓVEL RURAL

1.1. Matrícula e Registro de Imóveis Rurais – Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979.1417

1.2. Memorial descritivo de imóveis rurais (certificação da poligonal) – Instrução Normativa INCRA nº 77, de 23 de agosto de 2013.1418

1.3. Identificação do imóvel rural objeto de ação judicial (situações e prazos) – Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005.1419

1.4. Desmembramento do Imóvel Rural – Decreto nº 62.504, de 8 de abril de 1968.1420

1.5. Dispensa da anuência dos confrontantes – Recomendação CNJ nº 41, de 2 de julho de 2019. 1421

2. REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO

2.1. Colonização e Acesso à Propriedade Rural – Decreto nº 59.428, de 30 de dezembro de 1966.1423

2.2. Reforma Agrária – Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.1432

2.3. Programa Nacional de Reforma Agrária (famílias beneficiárias) – Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018.1439

2.4. Programa Nacional de Reforma Agrária (concessão de créditos de instalação) – Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023.1446

2.5. Aquisição de Imóveis Rurais para fins de reforma agrária – Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992.1450

2.6. Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) – Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.1451

2.7. Liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária – Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.1453

2.8. Imóveis rurais para assentamento de trabalhadores rurais – Instrução Normativa INCRA nº 83, de 30 de julho de 2015.1458

2.9. Programa Terra da Gente – Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024.1464

3. USUCAPIÃO, POSSE E OCUPAÇÃO

3.1. Usucapião Especial (imóveis rurais) – Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981.1468

3.2. Usucapião extrajudicial (Representação da União) – Portaria Conjunta AGU/SPU nº 1, de 15 de fevereiro de 2017.1469

3.3. Regularização de Posse em terrenos da União – Lei nº 2.185, de 11 de fevereiro de 1954.1469

3.4. Imissão na Posse em imóveis residenciais urbanos – Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.1470

3.5. Ocupação Provisória de Imóveis sujeitos à pesquisa e lavra – Decreto-Lei nº 1.865, de 26 de fevereiro de 1981.1470

3.6. Sistema de Gestão Fundiária para situações de Usucapião – Nota Técnica INCRA nº 3.448, de 25 de outubro de 2021.1471

4. DESAPROPRIAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO

4.1. Desapropriação por Interesse Social – Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.1473

4.2. Desapropriações por utilidade pública – Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.1473

4.3. Desapropriação por Utilidade Pública – Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978.1478

4.4. Desapropriações no Nordeste (liquidação) – Lei nº 4.519, de 2 de dezembro de 1964.1478

4.5. Procedimento do Contraditório para Desapropriação – Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993.1479

4.6. Expropriação de glebas usadas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas – Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991.1481

4.7. Expropriação de glebas usadas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas (regulamento) – Decreto nº 577, de 24 de junho de 1992.1482

5. IMÓVEIS PÚBLICOS

5.1. Bens Imóveis da União – Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.1483

5.2. Bens Imóveis da União (regularização, administração, aforamento e alienação) – Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.1498

5.3. Bens Imóveis da União (regulamento) – Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.1512

5.4. Bens Imóveis da União (administração, alienação, gestão, fundos) – Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.1515

5.5. Alienação de Imóveis da União e da Administração Federal Indireta – Lei nº 6.987, de 13 de abril de 1982.1520

5.6. Alienação de Bens Imóveis residenciais da União – Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.	1521
5.7. Gestão e alienação dos imóveis da União – Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020.	1522
5.8. Transferência de terras da União aos Estados ou Territórios – Decreto nº 95.956, de 22 de abril de 1988.	1527
5.9. Transferência de Terras Públicas – Decreto nº 96.084, de 23 de maio de 1988.	1528
5.10. Registro de Bens Imóveis da União – Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973.	1528
5.11. Foros, Laudêmios e Taxas de ocupação de imóveis da União – Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.	1529
5.12. Foros, Laudêmios e Taxas de ocupação de imóveis da União (regulamento) – Decreto nº 95.760, de 1º de março de 1988.	1531
5.13. Foros, Laudêmios e Taxas de ocupação de imóveis da União (regulamento) – Decreto nº 9.354, de 25 de abril de 2018.	1532
5.14. Foros e laudêmios (dispensa aos titulares do domínio útil dos imóveis da União) – Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981.	1532
5.15. Valor do domínio pleno do terreno (limites reajuste) – Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016.	1533
5.16. Parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União – Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.	1533
5.17. Terras Públicas – Decreto nº 2.375, de 24 de novembro de 1987.	1537
5.18. Gleba Pública Federal na Amazônia Legal (averbação descrição) – Orientação CNJ nº 5, de 4 de novembro de 2013.	1538
5.19. Imóveis residenciais do INCRA no âmbito da Amazônia Legal (procedimento para venda direta) – Instrução normativa INCRA nº 91, de 3 de outubro de 2018.	1538
5.20. Concessão de uso especial para fins de moradia – Medida Provisória nº 2.220, de 04 de setembro de 2001.	1540
5.21. Demolição de imóveis da União – Instrução Normativa ME/SPU nº 208, de 29 de outubro de 2019.	1541
5.22. Programa de Democratização de Imóveis da União – Decreto nº 11.929, de 26 de fevereiro de 2024.	1543

6. TERRAS DEVOLUTAS E FAIXAS DE FRONTEIRA

6.1. Discriminação de Terras Devolutas – Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976.	1546
--	------

6.2. Transferência de domínio útil dos terrenos da marinha (isenção de laudêmio) – Decreto-Lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981.	1548
6.3. Faixa de Fronteira – Lei nº 6.634, de 02 maio de 1979.	1548
6.4. Faixa de Fronteira (regulamento) – Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.	1549
6.5. Ratificação de alienações e concessões de terras públicas nas faixas de fronteira – Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.	1553

7. TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

7.1. Demarcação de Terras Indígenas (procedimento administrativo) – Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.	1555
7.2. Demarcação de terras quilombolas (procedimentos) – Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.	1556
7.3. Demarcação de terras quilombolas (procedimentos) – Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009.	1558
7.4. Licenciamento ambiental em terras quilombolas – Instrução Normativa INCRA nº 111, de 22 de dezembro de 2021.	1562

8. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL POR ESTRANGEIRO

8.1. Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro – Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971.	1567
8.2. Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro (regulamento) – Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974.	1568
8.3. Aquisição e arrendamento de imóvel rural por estrangeiro – Instrução Normativa INCRA nº 88, de 13 de dezembro de 2017.	1570
8.4. Aquisição de imóveis para residência de agentes diplomáticos – Lei nº 4.331, de 1º de junho de 1964.	1577

9. IMÓVEIS URBANOS

9.1. Parcelamento do Solo Urbano – Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.	1579
9.2. Loteamento e Venda de Terrenos em prestações – Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.	1588
9.3. Loteamento e Venda de Terrenos em prestações (regulamento) – Decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938.	1591
9.4. Compromisso de compra e venda (inadimplemento) – Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969.	1595

9.5. Loteamento Urbano, concessão de uso e espaço aéreo – Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.....	1595
9.6. Condomínio e Incorporações – Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.....	1596
9.7. Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias – Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004.	1611
9.8. Patrimônio de Afetação nas Incorporações Imobiliárias (alteradora) – Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009.	1623
9.9. Locação de Imóveis Urbanos – Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.....	1626
9.10. Arrendamento Residencial com opção de compra – Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001..	1635

10. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

10.1. Regularização fundiária rural e urbana – Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.....	1638
10.2. Regularização Fundiária urbana e alienação de bens da União – Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018.	1665
10.3. Lei do Programa Minha Casa Minha Vida – Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.	1682
10.4. Programa Minha Casa, Minha Vida (regulamento) – Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023.....	1693
10.5. Regularização fundiária de interesse social em imóveis da União – Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.	1705
10.6. Regularização fundiária urbana de terras públicas – Instrução Normativa INCRA nº 142, de 28 de maio de 2024.....	1711
10.7. Registro da regularização fundiária urbana – Provimento CNJ nº 44, de 18 de março de 2015.....	1714
10.8. Programa Minha Casa, Minha Vida (regulamento) – Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.	1717
10.9. Regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal – Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.....	1721
10.10. Regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal (regulamento) – Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010.	1727
10.11. Regularização fundiária rural (regulamento) – Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020. ...	1729
10.12. Regularização fundiária rural – Instrução Normativa INCRA nº 104, de 29 de janeiro de 2021.	1736

10.13. Lei das Ferrovias – Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021.....	1742
10.14. Exploração de ferrovias mediante outorga por autorização – Portaria MINFRA nº 131, de 14 de outubro de 2021.....	1753
10.15. Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - Provimento CNJ nº 144, de 25 de abril de 2023.	1759

11. GARANTIAS E FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

11.1. Sistema de Financiamento Imobiliário e Alienação fiduciária – Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.	1762
11.2. Marco Legal das Garantias – Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023.....	1769
11.3. Financiamento de Bens Imóveis – Lei nº 5.741, de 1 de dezembro de 1971.	1779
11.4. Banco Nacional de Habitação (BNH) – Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.....	1780
11.5. Construção Civil e Sistema Financeiro da Habitação – Lei nº 4.864 de 29 de novembro de 1965.....	1788
11.6. Fundação Habitacional do Exército – Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980.	1792
11.7. Transferência de Financiamento no SFH – Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.....	1795
11.8. Planos de Reajustamento e saldos devedores nos contratos do SFH – Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.	1797
11.9. Programa de Subsídio à Habitação – Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004.	1800
11.10. Fundo de Investimento Imobiliário – Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993.....	1800
11.11. Novação de Dívidas e Fundo de Compensação de Variações Salariais – Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.	1803

12. RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE

12.1. Bem de Família legal (Impenhorabilidade) – Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990.....	1811
12.2. Subrogação de imóveis gravados ou inalienáveis – Decreto-Lei nº 6.777, de 8 de agosto de 1944.	1811
12.3. Averbação pré-executória (Programa de Regularização Tributária Rural) – Lei nº 13.606 de 9 de janeiro de 2018.	1812
12.4. Averbação pré-executória (Programa de Regularização Tributária Rural) – Portaria PGFN nº 29 de 12 de janeiro de 2018.....	1820
12.5. Sequestro de Bens de Indiciados – Decreto-Lei nº 3.240, de 8 de Maio de 1941.....	1825

- 12.6.** Arrolamento de bens no processo administrativo de créditos tributários da União – Decreto nº 4.523, de 17 de dezembro de 2002.....1825
- 12.7.** Gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários – Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017.1826
- 12.8.** Fraude contra credores – Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.....1828
- 12.9.** Impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia – Lei nº 14.334, de 10 de maio de 2022.....1845

13. CADASTROS IMOBILIÁRIOS

- 13.1.** Sistema Nacional de Cadastro Rural – Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972.....1846
- 13.2.** Sistema Nacional de Cadastro Rural (regulamento) – Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973.1847
- 13.3.** Cadastro Ambiental Rural – Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012.....1852
- 13.4.** Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR (regulamento) – Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002.1856
- 13.5.** Cadastro Nacional de Bens Imóveis da União – Decreto nº 99.672, de 6 de novembro de 1990.1858
- 13.6.** Sistema Nacional de Cadastro Rural (atualização cadastral) – Instrução normativa INCRA nº 82, de 27 de março de 2015.1858
- 13.7.** Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). – Instrução Normativa Conjunta RFB/INCRA nº 1.968, de 22 de julho de 2020.....1861
- 13.8.** Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) – Instrução Normativa RFB nº 2008, de 18 de fevereiro de 2021.1862

14. CENTRAIS ELETRÔNICAS

- 14.1.** Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais – Decreto nº 11.208, de 26 de setembro de 2022.1869
- 14.2.** Implantação do S-REI (divulgação de estudos) – Recomendação CNJ nº 14, de 2 de julho de 2014... 1871
- 14.3.** Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) – Provimento CNJ nº 89, de 18 de dezembro de 2019.1871
- 14.4.** Receita do fundo para implementação e custeio do SREI – Provimento CNJ nº 115, de 24 de março de 2021.....1875
- 14.5.** Universalização do acesso ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) (prazo) – Provimento CNJ nº 124, de 7 de dezembro de 2021..1877

- 14.6.** Código Nacional de Matrícula (CNM) – Provimento CNJ nº 143, de 25 de abril de 2023.....1878
- 14.7.** Central Nacional de Disponibilidade (CNIB) – Provimento CNJ nº 39, de 25 de julho de 2014..1878

Outras Serventias

1. OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

- 1.1.** Certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais – Lei nº 11.971, de 6 de julho de 2009.1887

2. TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS

- 2.1.** Tribunal marítimo – Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954.....1888
- 2.2.** Tribunal marítimo (alteradora) – Lei nº 5.056, de 29 de junho de 1966.....1898
- 2.3.** Registro da propriedade marítima – Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988.....1900

3. REGISTRO DE EMPRESAS

- 3.1.** Registro Público de Empresas Mercantis – Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994.1904
- 3.2.** Registro Público de Empresas Mercantis (regulamento) – Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.1909
- 3.3.** Registro de Empresas nas entidades fiscalizadas – Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980.1921
- 3.4.** Escrituração e livros mercantis – Decreto-lei nº 486, de 3 de março de 1969.....1921
- 3.5.** Escrituração e livros mercantis (regulamento) – Decreto nº 64.567, de 22 de maio de 1969.1922
- 3.6.** Chancela Mecânica para Autenticação de Títulos ou Certificados – Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970.1923
- 3.7.** Sociedades por quotas de responsabilidade limitada – Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.1924
- 3.8.** Assembleias e as reuniões de sociedades – Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020.....1925
- 3.9.** Cooperativas Sociais – Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999.....1926

Legislação Complementar

1. LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL

- 1.1.** “Lei da Usura” (Juros dos contratos) – Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933.....1931

1.2. Atualização monetária e juros (alteradora) – Lei nº 14.905, de 28 de junho de 2024.	1932
1.3. Distribuição Gratuita de Prêmios – Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.	1932
1.4. Distribuição Gratuita de Prêmios (regulamento) – Decreto nº 70.951, de agosto de 1972.	1937
1.5. Fundo de Defesa de Direitos Difusos – Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994.	1944
1.6. Lei de Biossegurança – Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.	1945
1.7. Lei de proteção à propriedade intelectual – Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.	1951
1.8. Propriedade intelectual de programa de computador – Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. ...	1968
1.9. Lei de direitos autorais – Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.	1969

2. DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO

2.1. Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 – Lei do Mercado de Capitais.	1980
2.2. Dissolução de sociedades civis de fins assistenciais – Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966.	1990
2.3. Política Nacional de Cooperativismo – Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.	1990
2.4. Intervenção e Liquidação Extrajudicial – Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.	2000
2.5. Lei das Sociedade por Ações (LSA) – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2005
2.6. Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência – Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.	2048
2.7. Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.	2081
2.8. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica – Lei nº 13.874, de 20 de Setembro de 2019.	2085
2.9. Facilitação para abertura de empresas – Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.	2092

3. DIREITO AGRÁRIO

3.1. Direito Agrário – Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.	2106
3.2. Contratos agrários (regulamento) – Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966.	2108
3.3. “Lei do Agro” – Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020.	2116
3.4. Fórum Nacional de conflitos fundiários rurais e urbanos – Portaria CNJ nº 491, de 11 de março de 2009.	2129

3.5. Emissão de Cédula de Produto Rural – Decreto nº 10.828, de 1º de outubro de 2021.	2130
--	------

4. DIREITO AMBIENTAL

4.1. Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional – Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.	2131
4.2. Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	2133
4.3. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. ...	2138
4.4. Bioma Mata Atlântica (utilização e proteção) – Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.	2145
4.5. Bioma Mata Atlântica (utilização e proteção – regulamento) – Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008.	2150
4.6. Gestão de Florestas Públicas (Regulamento) – Decreto nº 12.046, de 5 de junho de 2024.	2157
4.7. Cota de Reserva Ambiental (CRA) – Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018.	2163
4.8. Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais – Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.	2167

5. DIREITO ADMINISTRATIVO

5.1. Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.	2171
5.2. Lei anticorrupção - Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	2179
5.3. Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.	2182
5.4. Concessão e permissão da prestação de serviços públicos – Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. ...	2220
5.5. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal – Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.	2226
5.6. Licitação e Contratação de parceria público-privada – Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. ...	2231
5.7. Consórcios públicos (normas gerais de contratação) – Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.	2238
5.8. Sistema de Consórcio – Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008.	2240

6. DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

6.1. Administração Tributária – Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988.	2246
6.2. Identificação dos contribuintes para fins fiscais – Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990.	2246

6.3. Medida Cautelar Fiscal – Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992.....	2247
6.4. Sistema Monetário Nacional – Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.....	2249
6.5. Legislação tributária federal – Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.....	2257
6.6. Legislação tributária federal (alteradora) – Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.....	2271
6.7. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.....	2280
6.8. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994.....	2281
6.9. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (pagamento TDA) – Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.....	2281
6.10. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (regulamento) – Decreto nº 4.382, de 19 de setembro de 2002.....	2284
6.11. Arrendamento mercantil (tratamento tributário) – Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.....	2294
6.12. Tratamento tributário da empresa individual nas atividades imobiliárias – Decreto-Lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974.....	2295
6.13. Zonas de Processamento de Exportação – Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.....	2298
6.14. Imposto sobre a renda de ganho de capital sobre alienação – Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016.....	2303
6.15. Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) – Instrução Normativa RFB nº 1828, de 10 de setembro de 2018.....	2304
6.16. Pessoas reguladas pelo COAF (terrorismo e seu financiamento) – Resolução COAF nº 31, de 7 de junho de 2019.....	2307
6.17. Pessoas reguladas pelo COAF (expostas politicamente) – Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.....	2307

7. SEGURIDADE SOCIAL

7.1. Lei Orgânica da Seguridade Social – Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.....	2310
7.2. Regulamento da Previdência Social (excertos) – Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.....	2328
7.3. Regime de Previdência Complementar (excertos) – Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.....	2345
7.4. Prova de quitação para com a Previdência Social (dispensa) – Decreto-lei nº 1.958, de 9 de setembro de 1982.....	2348

7.5. Situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar – Decreto-Lei nº 1.976, de 20 de dezembro de 1982.....	2348
--	------

8. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

8.1. Lei das Contravenções Penais – Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.....	2351
8.2. Crimes de preconceito de raça ou de cor – Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.....	2354
8.3. Crimes hediondos – Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.....	2356
8.4. Crimes contra a ordem tributária, econômica e as relações de consumo – Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.....	2357
8.5. Crimes contra a ordem econômica – Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.....	2359
8.6. Crimes de Tortura – Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.....	2359
8.7. Crimes Ambientais – Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.....	2360
8.8. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores – Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998.....	2367
8.9. Violência doméstica e familiar (Lei Maria da Penha) – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.....	2371
8.10. Violência doméstica (sigilo) – Lei nº 14.857, de 21 de maio de 2024.....	2377
8.11. Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.....	2377
8.12. Crime Organizado – Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.....	2389
8.13. Prisão especial – Lei nº 5.256, de 6 de abril de 1967.....	2393
8.14. Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.....	2393
8.15. Prisão temporária – Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.....	2409
8.16. Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia – Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013.....	2410

9. LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL

9.1. Ação Popular – Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.....	2411
9.2. Ação civil pública – Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.....	2413
9.3. Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Estadual – Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.....	2415

9.4. Lei da Arbitragem – Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.	2421
9.5. Habeas data – Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.	2425
9.6. Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal – Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.	2426
9.7. Súmula vinculante (edição, revisão e cancelamento) – Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006.	2428
9.8. Mandados de injunção individual e coletivo – Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016.	2429
9.9. Política Judiciária Nacional – Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010.	2430

10. DIREITO INTERNACIONAL E MIGRAÇÃO

10.1. Convênio de Cooperação Judiciária com o Reino da Espanha (promulgação) – Decreto nº 166, de 3 de julho de 1991.	2435
10.2. Pacto de São José da Costa Rica (promulgação) – Decreto 678, de 6 de novembro de 1992.	2435
10.3. Tratado sobre Cooperação Judiciária com a República Italiana (promulgação) – Decreto nº 862, de 9 de julho de 1993.	2435
10.4. Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de D. Int. Privado (promulgação) – Decreto nº 1.979, de 9 de agosto de 1996.	2436
10.5. Estatuto da Conferência da Haia de D. Int. Privado (promulgação) – Decreto nº 3.832, de 1º de junho de 2001.	2436
10.6. Convenção Interamericana para a Eliminação de Discriminação contra Deficientes (promulgação) – Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.	2436
10.7. Acordo de Cooperação Civil com a República Francesa (promulgação) – Decreto nº 3.598, de 12 de setembro de 2002.	2437
10.8. Acordo de Cooperação entre o Mercosul, a Bolívia e o Chile (promulgação) – Decreto nº 6.891, de 2 de julho de 2009.	2437
10.9. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) (aprovação) – Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.	2437
10.10. Convenção de Haia (promulgação) – Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.	2438
10.11. Lei de Migração – Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.	2438
10.12. Lei de Migração (regulamento) – Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.	2449
10.13. Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas – Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019.	2480

Parte II. Anexo

1. SÚMULAS

1.1. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF)	2487
1.2. Súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF).....	2488
1.3. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ)....	2504

2. ENUNCIADOS E ORIENTAÇÕES

2.1. Enunciados das Jornadas de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal (CJF).....	2519
2.2. Enunciados Das Jornadas de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal (CJF).....	2542
2.3. Enunciados da Jornada de Direito Notarial e Registral do Conselho da Justiça Federal (CJF).....	2546
2.4. Enunciados das Jornadas de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do Conselho da Justiça Federal (CJF).....	2549
2.5. Enunciados do Colégio Notarial do Brasil/CF.....	2557
2.6. Orientações Sobre Práticas Notariais e de Registro da Escola Nacional de Direito Notarial e de Registros – ENNOR	2558
2.7. Recomendações para as Câmaras Nacionais e os Conselhos Nacionais dos Notariados Membros da UINL	2559

ÍNDICE CRONOLÓGICO	2562
---------------------------	-------------

ÍNDICE REMISSIVO ALFABÉTICO	2592
------------------------------------	-------------

